

UM OLHAR CONTEMPORÂNEO SOBRE O FLUXO MIGRATÓRIO DE CEARENSES PARA OUTRAS REGIÕES DO PAÍS

A CONTEMPORARY LOOK AT THE MIGRATORY FLOW OF PEOPLE FROM
CEARÁ TO OTHER REGIONS OF THE COUNTRY

Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas • 02/08/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/785339727](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/785339727)

Moisés Eudócio Almeida¹

RESUMO

O fenômeno da migração inclui fatores sociais, econômicos, políticos e ambientais, com uma variedade de circunstâncias, sendo também uma resposta racional às desigualdades regionais. Este texto tem por objetivo analisar a mobilidade de cearenses para outras unidades federativas, a partir de dados dos Censos Demográficos do IBGE. Para tanto, foi adotada uma abordagem focada na profundidade dos textos e na medição precisa dos dados, onde foi possível estabelecer uma ligação entre migração e mudanças climáticas. Os resultados deste estudo sugerem que as tecnologias sociais e políticas de transferência de renda trouxeram qualidade de vida para os habitantes da caatinga; porém, esses ganhos não foram suficientes para reduzir o fluxo migratório de cearenses para outras regiões do Brasil.

Palavras-chave: Secas; Migrações Internas; Mudanças Climáticas; Tecnologias Sociais.

ABSTRACT

The phenomenon of migration encompasses social, economic, political, and environmental factors arising from a variety of circumstances and serves as a rational response to regional inequalities. This study aims to analyze the mobility of people from Ceará to other Brazilian states using data from IBGE demographic censuses. To this end, an approach focusing on in-depth analysis and precise data measurement was adopted, making it possible to establish a link between migration and climate change. The results suggest that social technologies and income transfer policies have improved the quality of life for inhabitants of the Caatinga region; however, these gains were insufficient to reduce the migratory flow of people from Ceará to other regions of Brazil.

Keywords: Droughts; Internal Migration; Climate Change; Social Technologies.

1. INTRODUÇÃO

A migração pode ser compreendida como o deslocamento de pessoas em um determinado espaço geográfico; esse fenômeno ocorre por diversos fatores ambientais, sociais, culturais, religiosos e econômicos. Os deslocamentos sempre estiveram presentes na história da humanidade, sendo uma via necessária para garantir a sobrevivência de grupos sociais em casos de guerras, epidemias ou desastres naturais. Vale lembrar que a vontade humana de expandir seus horizontes motivou a busca por outras terras, fazendo com que os deslocamentos marquem importante presença na cultura (Macedo, 2022).

Em um país de proporções continentais, o deslocamento de pessoas foi determinante para suas dimensões atuais. Cabe ressaltar que o processo de povoamento do território brasileiro tem duas características marcantes: a diversidade regional e uma política de ocupação dos territórios que tinha ligação direta com a atividade mais lucrativa no momento (Alves; Noletto, 2024). Essa dinâmica, em um primeiro momento, se deu por meio de vários ciclos econômicos, como a extração do pau-brasil, produção de açúcar, mineração e a expansão das indústrias do eixo Rio-São Paulo.

A partir do século XVII, com a expulsão dos holandeses da região Nordeste, os produtores brasileiros sofreram severas perdas com a concorrência do açúcar caribenho e a consequente queda de preço no mercado internacional. Vale lembrar que, no instante em que a economia açucareira colonial entra em decadência, o foco produtivo

passa a ser o Sudeste, com Minas Gerais e seu entorno: o Rio de Janeiro se torna a capital da Colônia nesse período, e São Paulo, então Capitania de São Vicente (Alves; Noletto, 2024).

A estagnação econômica, as constantes secas, uma agricultura estruturada no latifúndio, o trabalho escravo, a concentração de terras e a pouca diversificação fizeram com que muitos nordestinos se deslocassem para o norte ou o sul do Brasil. Cabe salientar que, apesar dos esforços governamentais, a região que compreende a caatinga se consolidou como uma área de expulsão de população desde a época do Império (Ojima; Fusco, 2017).

Em grande parte do território cearense há a predominância do bioma caatinga; esse fator contribui para a dispersão populacional, afetando principalmente as comunidades rurais. Além disso, a pobreza e a falta de oportunidades forçam muitos sertanejos a buscarem novas oportunidades fora do Estado. É importante enfatizar que a busca por melhores condições, com salários dignos, acesso a direitos trabalhistas ou a posse de uma propriedade rural, possivelmente seria a resposta mais plausível para o deslocamento de tantos cearenses (Monteiro, 2020).

O recenseamento demográfico tem por finalidade tentar traçar da forma mais exata o perfil de uma população, buscando entender mudanças sociais e planejar políticas públicas nas esferas municipais, estaduais ou nacionais. Nessa perspectiva surge uma questão que orienta este estudo: tendo como referência os censos demográficos, como estão distribuídos os migrantes? Quais fatores impulsionaram o deslocamento interestadual?

Os habitantes do bioma Caatinga enfrentam muitos desafios e, em alguns casos, encontram na migração uma alternativa de mudança de vida e melhores condições de trabalho. Na maioria das vezes, o deslocamento forçado dessas pessoas significou a ruptura com os laços familiares e sua comunidade de origem (Pedroza, 2022). Nesse contexto, o objetivo geral deste texto é analisar o deslocamento de cearenses para outras unidades federativas, a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE.

O estado do Ceará está localizado na região Nordeste, com a maior parte do seu território inserido no bioma Caatinga. A vegetação do semiárido brasileiro é caracterizada por plantas adaptadas para sobreviver em ambientes com pouca umidade. As plantas contêm muitos espinhos e folhas pequenas; esse recurso evolutivo impede a perda de água durante a estiagem prolongada. Sendo assim, grande parte das árvores e arbustos evita o estresse hídrico descartando as folhas durante a estação seca, devido às chuvas irregulares concentradas entre os meses de janeiro a abril (Moro et al., 2015).

Este estudo aborda outros aspectos que orbitam a diáspora cearense, como migração de retorno, as redes de solidariedade, o perfil do migrante, o acelerado processo de urbanização das cidades e os desafios relacionados aos serviços básicos de saúde. Cabe ressaltar que esse fenômeno favoreceu a transferência de população do campo para a cidade, abrindo espaço para o processo de metropolização (Baeninger, 2011).

Os resultados do estudo podem servir de embasamento teórico para a formulação de políticas públicas de convivência permanente em biomas semiáridos. Além disso, a pesquisa oferece uma compreensão ampla sobre as mudanças climáticas e o processo de

migração forçada. É relevante mencionar que o aquecimento do planeta motivado por ações antrópicas pode acelerar processos de desertificação, os riscos de secas e inundações e o aumento no nível dos oceanos, podendo levar milhões de pessoas a migrarem (Burnett et al., 2021).

2. REVISÃO DA LITERATURA

A colonização do Ceará foi iniciada a partir de 1534, com a instauração das Capitanias Hereditárias pela Coroa portuguesa, doadas ao donatário Antônio Cardoso de Barros, que não manifestou interesse em povoá-las. Vale lembrar que inicialmente essas terras passaram a ser chamadas de capitania do Siará Grande (Cabral; Costa, 2021). Mas a primeira tentativa de colonização só ocorreu efetivamente em 1603, com a fundação do Fortim de São Tiago, idealizado pelo explorador português Pero Coelho de Souza, na foz do Rio Ceará. Entretanto, a resistência dos povos originários tornou-se um grande desafio, sendo abandonado em 1605.

Devido à constante presença de franceses na região, em 1608, um militar a serviço da Coroa portuguesa, Martim Soares Moreno, com o apoio dos índios potiguaras, fundou o Fortim de São Sebastião na foz do Rio Ceará. É interessante ressaltar ainda que nos arredores da fortificação surgiu o povoado de Nova Lisboa; todavia, os colonos permaneceram nessa localidade por pouco tempo devido à resistência de povos indígenas e às condições climáticas pouco favoráveis (Soares; Silva, 2017).

Havia muitos estrangeiros cobiçando o território cearense; os franceses sob o comando de Adolf Montbille fundaram uma feitoria e o Fort Saint Alexis em 1590, na Serra da Ibiapaba, com o intuito de

estabelecer alianças com os povos da região para exploração do pau-brasil. A Coroa portuguesa, temendo perder o controle da região, incorporou o território à capitania do Maranhão. Os povos Tabajaras tinham relações amistosas com exploradores franceses e se mostraram resistentes frente à administração lusitana (Abreu, 2009).

Em outra frente, os holandeses ocuparam o que é hoje a capital cearense, construíram o Forte Schoonenborch em 1649, na margem esquerda do Rio Pajeú, erguido sobre o Monte Marajaitiba. Essa edificação tinha como função proteger o povoado que foi nomeado de Nova Amsterdã. Com a expulsão dos holandeses nas regiões produtoras de açúcar, os portugueses rebatizaram em 1654 a localidade com o nome de Fortaleza da Nossa Senhora da Assunção (Soares; Silva, 2017).

O povoamento do território cearense se desenvolveu por meio da pecuária, que se efetivou no final do século XVII, com rebanhos de gado, concentrados nas margens dos rios. De acordo com Capistrano de Abreu (2009), a ocupação definitiva foi iniciada por baianos adentrando os sertões de dentro e pernambucanos ocupando os sertões de fora. A fundação de vilas e a construção de fazendas avançavam em direção a terras indígenas; essa ação culminou em conflitos envolvendo a administração portuguesa e os povos nativos. Esse conflito ficou conhecido como a Guerra dos Bárbaros (1683 a 1713), um conflito entre militares portugueses e povos indígenas de várias etnias que resistiam à administração colonial portuguesa (Soares; Silva, 2017).

Por longos anos, a região foi incorporada a outras províncias; a aridez do solo, conflito com indígenas e a ausência de metais e pedras

preciosas impossibilitavam a autonomia da região. Cabe salientar que nessa fase a capitania foi governada por capitães-mores, ficando vinculada no período da segunda restauração portuguesa às determinações do Governo do Maranhão e Grão-Pará, até 1656, e, posteriormente, à Província de Pernambuco, até 1799 (Silva; Carvalho, 2021).

Entre os séculos XVII e XVIII já havia registros de perdas na lavoura e escassez de alimentos provocada pela seca. O historiador Thomaz Pompeo descreveu as grandes secas ocorridas na região da Serra Grande entre os anos de 1778, 1792, 1899, 1825 (Brasil, 1859). Mas até então, nada se comparou à estiagem ocorrida entre os anos de 1877 e 1880; esse episódio ficou conhecido como a grande seca que desestruturou a vida produtiva e a demográfica em solo cearense (Soares; Silva, 2017). A estiagem foi tão intensa que os senhores de escravos, não tendo condições de alimentar seus cativos, foram obrigados a vendê-los em outras províncias menos afetadas (Pedroza, 2022).

O fenômeno da seca trouxe sérios impactos demográficos para o território cearense, que perduram inclusive na contemporaneidade. A grande seca (1877–1879) fez com que milhares de pessoas migrassem para Fortaleza, criando na cidade um cenário de fome e miséria extrema. A capital da província em 1872 abrigava 21 mil habitantes; em 1877, a população passou para 85 mil e em 1878 detinha 114 mil residentes (Pedroza, 2022). Um ponto que cabe destacar é que a mortalidade total no Ceará, segundo dados do jornalista americano Herbert H. Smith, foi provavelmente de cerca de 500.000, vítimas principalmente de doenças associadas à fome (Campos, 2014).

O grande volume de pessoas entrando na cidade fez com que a cidade colapsasse; restou a muitos retirantes se deslocarem para o sul do país ou em direção à Amazônia, impulsionados pelo primeiro ciclo de exploração da borracha entre os anos de 1877 e 1910. Quando os retirantes chegavam em Fortaleza, suplicavam às autoridades governamentais “um bilhete que lhes permitisse embarcar para os seringais do norte ou para o sul” (Pedroza, 2022, p.14). Nesse mesmo período, ocorreu uma epidemia de varíola na cidade; fatores como a aglomeração de pessoas, a fome, corpos fragilizados e o declínio do sistema de saúde foram determinantes para a proliferação da doença. Em 1878, no mês de novembro, o número de vítimas fatais atingia a cifra de 9.844 e em dezembro, foram 14.491 óbitos (Costa, 2004).

Em resposta à crise climática ocorrida no Ceará, o Governo Imperial criou frentes de trabalho para a construção do Açude do Cedro, na cidade de Quixadá, em 1890. Cabe destacar que essa obra foi o primeiro grande projeto de “combate às secas” no Brasil, possibilitando aos retirantes uma oportunidade de emprego e renda (Ferreira, 2015). Essa obra serviu de base para a consolidação da “indústria da seca”, que tinha um viés político, adotando práticas que envolviam o voto de cabresto, clientelismo e obras superfaturadas.

A seca de 1915 foi uma das maiores catástrofes humanitárias presentes no imaginário cearense, evidenciando a desigualdade social e a miséria no sertão. A dura jornada dos retirantes, em busca de sobrevivência, foi retratada na obra *O Quinze*, da escritora Rachel de Queiroz. Diante do caos social gerado por esse evento climático, foi criado um amplo programa de frentes de emergência em seguida à declaração oficial da calamidade pública provocada pela estiagem daquele ano (Castro, 2020).

Nesse contexto de fragilidade da vida, as autoridades públicas criaram os currais na tentativa de conter o fluxo migratório em direção à capital cearense. O primeiro curral foi erguido no bairro Alagadiço na cidade de Fortaleza. O prédio foi construído com o objetivo de abrigar os flagelados da seca. Eram locais inóspitos, sem salubridade, sendo monitorados diariamente pela polícia. O poder local chamava o lugar de “albergue”, com dois mil retirantes se amontoando “sob a sombra de árvores frondosas, encontrando-se, por conseguinte, expostos à chuva”, em condições precárias de higiene (Neves, 2001). Esse modelo de confinamento e segregação se assemelha em alguns aspectos aos futuros campos de concentração nazistas das décadas seguintes.

A Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS) foi criada em 1915 e tinha como missão elaborar projetos de irrigação e construção de açudes que muitas vezes serviam aos interesses políticos das elites, não atendendo de forma mais efetiva às populações rurais que sofriam com a falta de água. Esse órgão governamental estava ligado notadamente às oligarquias cearenses, que também tiveram seu mérito de produzirem saberes técnico-científicos sobre o fenômeno das estiagens periódicas (Soares; Silva, 2017). Nesse período, políticos e coronéis entendiam os órgãos estatais como mecanismos de controle social e manutenção do poder.

Em 1932, a falta de chuva nas áreas rurais promoveu caos social e novamente os retirantes seguiram em direção à capital do Estado na expectativa de encontrar uma forma de subsistir. Prevendo cenários, o governo elaborou estratégias que impedissem que os flagelados seguissem em direção à capital e às principais cidades do Estado. Nesse sentido, o governador Roberto Carneiro de Mendonça, de forma coordenada, resolveu instalar sete campos de concentração

(currais) no Ceará, implantados em pontos estratégicos, às margens das ferrovias, visando impedir o embarque das vítimas para Fortaleza (Soares; Silva, 2017).

Essa estratégia de conter o deslocamento de pessoas em busca de melhores condições de vida revela o descaso e a ineficiência do poder público. Além da cidade de Fortaleza, desta vez os currais foram erguidos em mais seis cidades: Crato, Cariús, Ipu, Quixadá, Quixeramobim e Senador Pompeu. Esses locais chegaram a abrigar um total de 73 mil pessoas confinadas, dando aos residentes a falsa esperança de um local seguro para viver. Esses ambientes eram insalubres; não havia registros formais dos abrigados, a alimentação era insuficiente, havia privação de liberdade e precariedade nos serviços de saúde. As pessoas eram vigiadas para não fugirem; o índice de mortalidade era grande e o funcionamento durou entre março de 1932 e abril de 1933, sendo extinto quando as chuvas chegaram (Moura Fé; Oliveira; Ávila, 2021).

Entre as décadas de 40 e 50, o Sudeste estava em franca expansão industrial e a cidade de São Paulo passou a ser vista como lugar de muitas oportunidades. A melhoria dos transportes e das rodovias foi fundamental para os deslocamentos. Dentro desse contexto, o território cearense padecia após severas estiagens, com uma estrutura econômica precária, devido à concentração de terras e injustas relações de trabalho; foi um dos principais emissores de correntes migratórias, tendo como destino preferencial o Sul do país (Soares; Silva, 2017).

Novamente, em 1958, o fantasma da estiagem prolongada volta a afetar o povo, com milhares de pessoas abandonando suas casas e seguindo em direção às grandes cidades do estado. A construção de

açudes e rodagens foi medida adotada para prevenir futuras estiagens e oferecer aos deslocados o mínimo para sobreviver nas frentes de trabalho. Entretanto, outras políticas de contenção foram adotadas, como a reativação dos campos de concentração, uma medida cruel que revelava o descaso e a falta de compromisso com a população sertaneja.

As frequentes estiagens e as mazelas sociais que se espalhavam no semiárido brasileiro levaram o Governo Federal a criar a SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste). Esse órgão tinha como finalidade o desenvolvimento econômico da Região Nordeste, a diversificação da economia da região e a redução da dependência do clima. Convém salientar que “apesar dos esforços de políticas públicas anteriores, a região do semiárido se consolidou como uma área de expulsão de população” (Ojima; Fusco, 2017, p. 327).

As frequentes secas na região possibilitaram discussões sobre a instauração de instituições de acolhimento dos migrantes em outras unidades da federação. Em 1959, no II Encontro de Bispos do Nordeste, realizado em Natal (RN), dirigentes católicos buscaram criar hospedarias para migrantes nas cidades de Fortaleza, Belém e Manaus (Monteiro, 2020). O deslocamento de nordestinos para cidades do sul do país na condição de refugiados de secas foi fundamental para a manutenção de preconceitos que estavam se enraizando, associando-os à devastação, à invasão, como causadores das “anomalias” (Soares; Silva, 2017).

Com a ascensão do regime militar em 1964, o Governo Federal criou estratégias de povoamento da Amazônia, dentre as quais a construção da BR-230, que ficou conhecida como Transamazônica.

A possibilidade de trabalho, com um clima com chuvas regulares e terras mais baratas, foi o chamariz para o deslocamento de muitos sertanejos. Vale lembrar que projetos de mineração e a expansão da fronteira agrícola também foram de extrema importância para o aumento de ondas migratórias para o norte (Queiroz; Baeninger, 2018).

Em 1979, ocorreu uma seca prolongada que perdurou até 1983; nesses quatro anos, os volumes de chuva foram baixíssimos, rebanhos definharam e o preço dos alimentos aumentou consideravelmente. Esse cenário de crise humanitária obrigou milhares de sertanejos a migrar para as cidades; conseqüentemente, esses fatores resultaram em alto índice de desemprego e crescimento das favelas. Todo esse contexto motivou uma crise social desenfreada com invasões a armazéns e saques, além do saldo de mortes em decorrência da fome (Campos, 2004).

Até os anos 90, vigorou o entendimento de que os governantes deveriam estabelecer estratégias de “combate à seca”, mas com o passar dos anos, essa visão de mundo obsoleta foi substituída por um novo jeito de enxergar a realidade, que seria aprender a conviver com a seca. Desse modo, passaram a ser desenvolvidas tecnologias de convivência no semiárido brasileiro como a construção de cisternas para captação de água da chuva, barragens subterrâneas e barreiros-trincheira. Além disso, o estímulo à criação de cabras, ovelhas e galinhas, animais de pequeno porte que possuem uma dieta diversificada e conseguem sobreviver a longas estiagens, passou a ser disseminado nas regiões semiaridas.

Na caatinga, um fenômeno muito comum é a “seca verde”, em que a paisagem natural é bastante verdejante, porém, as chuvas abaixo

da média inviabilizam a produção agrícola. Em 1999, em algumas partes do sertão cearense, o volume de chuvas não atendeu ao esperado para os primeiros meses, não sendo o suficiente para uma colheita satisfatória, causando desemprego acentuado, grandes prejuízos econômicos, e acredita-se que 5 milhões de pessoas foram afetadas (Almeida et al., 2021).

Entre os anos de 2012 e 2016, ocorreu o maior período de estiagem prolongada dos últimos 100 anos, com chuvas abaixo da média que afetaram as reservas hídricas do Estado. Cabe ressaltar que no final da quadra chuvosa boa parte dos municípios cearenses estava em situação de colapso hídrico (Abreu, 2021). Apesar das poucas chuvas, não se repetiram as cenas de fome ou o deslocamento para as grandes cidades. É importante ressaltar que os programas de transferência de renda trouxeram algum impacto para a mitigação dos efeitos da estiagem.

O intenso fluxo de retirantes para os centros urbanos fez com que cidades como Fortaleza acelerassem seu processo de urbanização, com a zona leste rica e infraestrutura adequada, enquanto nas partes sul e oeste, há a predominância de moradias informais e carentes de serviços básicos. É importante enfatizar que o processo de urbanização, com a enorme transferência de população do campo para a cidade, se manifestou na concentração da população e consequente metropolização da capital (Baeninger, 2011).

3. METODOLOGIA

O estudo está integrando elementos qualitativos e quantitativos, focando na profundidade dos textos e na medição precisa dos dados; isso possibilita uma resposta mais ampla para o problema. É

importante ressaltar que uma pesquisa mista envolve, além do interesse dos pesquisadores, o enfoque dado ao problema de pesquisa que, muitas vezes, depende de uma abordagem múltipla para ser adequada (Silva, 2014).

As bases de dados utilizadas foram fundamentadas a partir dos Censos Demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), relativos aos anos de 1960, 1970, 1991, 2000, 2010, 2022 e informações colhidas do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE). Nesse sentido, um olhar atento aos deslocamentos contemporâneos identifica em seu bojo a tessitura conjunta de fatores decorrentes de “muitas crises”, cujo elemento de interligação talvez possa ser situado no reconhecimento de inegáveis desigualdades sociais que se apresentam nos mais variados cenários mundiais (Macedo, 2022).

Segundo os dados do IBGE (2026), o Ceará tem em torno de 9,2 milhões de habitantes e 76,88% dos cearenses residem em áreas urbanas. Uma parte significativa da população vive abaixo da linha da pobreza, onde muitas famílias enfrentam situação de insegurança alimentar. O acesso à água potável e ao tratamento de esgoto ainda são limitados; esses fatores impactam na saúde e na qualidade de vida da população, que, apesar dos avanços sociais obtidos nas últimas décadas, a pobreza e a desigualdade ainda são um fato marcante (IPECE, 2025).

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES OU ANÁLISE DOS DADOS

A migração parte de um desejo de buscar melhores condições e oportunidades de trabalho, sendo uma constante em qualquer sociedade. Dessa forma, os deslocamentos seriam empreendidos

pelo sujeito com o objetivo de buscar melhores condições materiais, sociais e de possibilidades para si e para sua família (Macedo, 2022). Nesse contexto, os migrantes podem ser compreendidos como sujeitos com o objetivo de buscar estabilidade, segurança e possibilidade de um futuro melhor (Baeninger, 2011).

A partir de dados dos censos demográficos coletados nos anos de 1960, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010 e 2022, foi possível construir um perfil sociodemográfico e identificar padrões de pessoas nascidas no Ceará que migram para outras regiões do Brasil. Essas informações podem auxiliar no planejamento de políticas públicas e contribuir para a compreensão desse fenômeno. A tabela a seguir retrata em dados decais o número de cearenses que residiam em outras unidades da Federação entre os anos de 1960 e 2022.

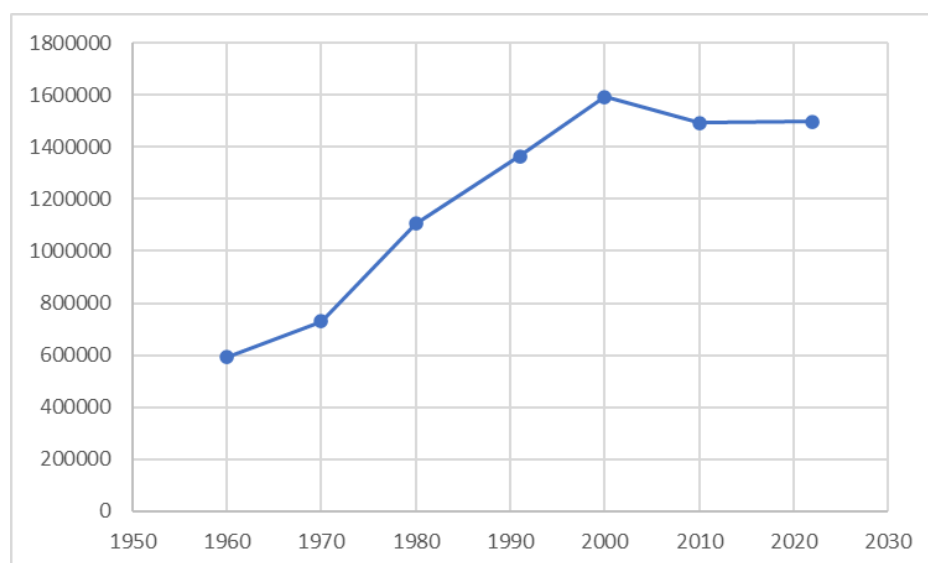
Tabela 1. Dados decadais sobre a movimentação de cearenses residindo em outras unidades federativas entre 1960 a 2022.

UF	DADOS DECADAIS						
	1960	1970	1980	1991	2000	2010	2022
RO	7.534	8.698	14.082	26.366	26.584	22.835	17.430
AC	13.808	10.220	8.397	7.389	7.865	6.375	4.454
AM	19.678	16.956	21.928	26.819	36.029	30.366	25.762
RR	1.488	1.447	3.331	9.531	12.542	12.803	10.754
PA	47.115	52.455	82.021	111.635	117.998	101.084	84.555
AP	1.396	1.434	1.646	3.021	4.382	5.391	3.948
TO				17.761	20.396	19.386	16.909
NORTE	91019	91210	131405	202522	225.796	198.240	163.812
MA	179.210	153.405	146.695	120.323	109.568	89.496	68.061
PI	61.378	64.565	64.460	64.439	62.988	58.038	55.151
RN	7.964	17.410	22.611	30.778	33.277	37.475	41.001
PB	8.862	11.496	16.794	18.391	21.214	22.798	25.077
PE	24.925	40.759	47.749	52.180	52.157	54.802	55.217
AL	3.165	2.724	4.339	4.974	5.472	5.855	6.931
SE	450	701	2.101	3.095	3.911	3.481	4.294
BA	9.034	13.151	32.899	41.802	46.259	47.047	45.416
NORESTE	294.988	304.211	337.648	335.982	334.846	318.992	301.148
MG	5.995	6.572	13.092	19.421	29.935	37.568	48.889
ES	1.202	1.127	3.606	6.306	8.893	8.971	9.738
RJ	50.964	87.691	147.729	166.550	210.660	196.804	183.283
SP	70.615	112.787	295.027	425.090	538.197	487.620	529.026
SUDESTE	128.776	208.177	459.454	617.367	787.685	730.963	770.936
PR	34.669	45.818	31.206	26.886	27.929	25.675	29.264
SC	187	218	1.127	3.058	6.189	11.319	23.108
RS	743	887	2.415	4.237	6.870	7.662	12.419
SUL	35.599	46.923	34.748	34.181	40.988	44.656	64.791
MS			20.213	20.711	21.167	19.398	17.198
MT	13.603	22.943	11.162	19.763	21.574	20.692	21.564
GO	14.971	24.602	39.684	44.779	65.679	69.124	75.313
DF	12.518	31.103	71.400	88.710	95.017	89.912	83.905
CENTRO-OESTE	41.092	78.648	142.459	173.963	203.437	199.126	197.980
BRASIL	591.474	729.169	1.105.714	1.364.015	1.592.752	1.491.977	1.498.667

Fonte: elaboração própria com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Os dados informam que nos primeiros 5 censos demográficos houve um aumento progressivo de cearenses vivendo em outros estados. Em 1960, eram 591.474, com um pico expressivo de 1.592.752 em 2000. Muitos fatores podem influenciar esse processo de deslocamento, como o deslocamento das secas, a busca por melhores oportunidades de trabalho, especialmente na região Sudeste, que concentra grande parte do setor industrial do País. Entre 2010 e 2022 há uma leve estabilização e uma sutil migração de retorno; essa retração no fluxo migratório pode estar relacionada à melhoria das condições econômicas e sociais, associadas a políticas de transferência de renda. O gráfico abaixo expõe de forma cronológica os dados decadais de deslocamento de cearenses entre 1960 e 2022.

Gráfico 1. Movimentação de cearenses residindo em outros estados entre os anos de 1960 a 2022.



Fonte: elaboração própria com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

A região Sudeste aparece como a principal opção e, historicamente, o Estado de São Paulo se consolida como o principal destino. Em 1960, o território paulista abrigou 70.615 cearenses, com aumento progressivo nas décadas posteriores, culminando com 538.197 nos anos 2000. Outro estado que atraiu muitos migrantes foi o Rio de Janeiro; a segunda maior metrópole do país também é o segundo maior destino, atingindo, nos anos 2000, um total de 210.660 cearenses residindo no Estado, atraídos pela indústria e pelo setor de serviços.

A Região Nordeste representa o segundo maior destino. Na década de 80, os principais destinos são os estados da sub-região Meio-Norte: Piauí e Maranhão. Nos anos 60, o Maranhão recebeu 179.210 pessoas; entretanto, nos censos posteriores, o fluxo migratório foi decrescente. Por outro lado, estados que fazem fronteira com o Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco tiveram aumento contínuo. Vale ressaltar que a Bahia, a partir da década de 80, passa a ser um novo ponto estratégico de atração; as

oportunidades oferecidas na Região Metropolitana de Salvador, o setor do turismo e a expansão do agronegócio na região de Barreiras podem explicar esse fenômeno.

A Região Norte apresenta um crescimento acentuado que se inicia a partir de 1960, com 265,00 migrantes. Possivelmente os grandes atrativos estão relacionados à criação da Zona Franca de Manaus, à extração de minério, ao ciclo da borracha, à mineração e à facilidade de adquirir terras para exploração agrícola com a instauração do Regime Militar. Os estados do Pará e do Amazonas aparecem como os principais destinos; no entanto, é possível observar uma queda substancial nos censos demográficos de 2010 e 2022.

Os migrantes cearenses na região Centro-Oeste, em 1960, representavam 41.092; a construção de Brasília, a expansão da agropecuária e a oportunidade de comprar terras com preços acessíveis foram fatores que impulsionaram o deslocamento. A cidade de Brasília, desde sua inauguração, sempre apresentou números robustos de migrantes. Isso se deve à alta concentração de órgãos públicos e à busca de estabilidade no serviço público. Outros fatores podem estar associados à qualidade de vida. O Estado de Goiás, no Censo Demográfico de 2022, apresentou 75.313 cearenses residindo no Estado. Alguns fatores podem ter influenciado essa questão: o crescimento do agronegócio e as possibilidades de viver em cidades localizadas no entorno do Distrito Federal, questões que podem justificar a permanência desses moradores.

Na região Sul, o fluxo sempre foi menor se comparado com as demais regiões do país; é possível especular que o fator geográfico seja determinante. As cidades de Fortaleza e Porto Alegre estão localizadas em pontos extremos do território nacional. O Estado que

atraiu mais migrantes foi o Paraná, mas a quantidade de residentes reduziu a partir da década de 80. Santa Catarina foi o segundo Estado a receber cearenses; a segurança pública, a qualidade de vida e o mercado de trabalho são grandes atrativos.

5. CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FINAIS

A migração de cearenses é um fenômeno associado a fatores climáticos, econômicos e sociais. Desde a colonização, os deslocamentos estão marcados por estiagem prolongada, concentração de terras e políticas públicas de Estado pouco eficientes. A partir de 2000, foi observada uma mudança nos deslocamentos; o clima deixa de ser um fator determinante. O eixo Rio-São Paulo continua sendo o principal destino devido ao desenvolvimento econômico e à oportunidade de emprego, impulsionados pela indústria e o setor de serviços

Até a década de 80, existia uma visão obsoleta e pragmática de “combate à seca”. Essa perspectiva era incapaz de tratar dos problemas reais da população sertaneja. Atualmente, a população sertaneja vivencia outra realidade: conviver com a seca, a partir do uso de tecnologias sociais desenvolvidas no intuito de assegurar a existência dos moradores das zonas rurais semiáridas. Além disso, programas de transferência de renda são redes de segurança que garantem a segurança alimentar e dinamizam a economia de pequenas cidades.

O processo de urbanização de Fortaleza ocorreu de forma acelerada devido ao fluxo migratório interno. Nos dias atuais, a capital cearense é a 4^a maior cidade brasileira, com 2.428.708 habitantes, impulsionada pelos setores de comércio, serviços e turismo (IBGE,

2026). Por outro lado, a metrópole enfrenta resquícios desse processo de urbanização acelerado, como favelização, violência, baixos índices de desenvolvimento humano nas zonas mais periféricas e a precariedade nos serviços básicos de saúde.

As migrações forçadas representaram para o migrante cearense a busca por sobrevivência diante de extremos climáticos. Ao se fixarem em outras unidades federativas, esses migrantes enfrentam a xenofobia, ruptura com laços familiares e dificuldade de integração. Além disso, o choque cultural, a adaptação climática e a barreira no mercado de trabalho são questões que merecem ser analisadas em estudos posteriores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Capistrano de. Capítulos da história colonial. 1ª ed. Rio de Janeiro: **Centro Edelstein de Pesquisa Social**, 2009. v. 1.

ABREU, Martha Uchôa. Efeitos da seca de 2012 a 2016 na qualidade da água nos açudes estratégicos da Bacia do Banabuiú – Ceará. **Conexões - Ciência e Tecnologia**, v. 15, n. 1, p. 1–11, 30 abr. 2021.

ALMEIDA, Moisés Eudócio et al. Variabilidade Climática com ênfase em Precipitação e o Impacto Migratório no Estado do Ceará (1960-2010). **Revista Brasileira de Meteorologia**, v. 36, n. 3 suppl, p. 651–660, set. 2021.

ALVES, Higo Gabriel Santos; NOLETO, Sylvana de Oliveira Bernardi. Migração estudantil e preconceito de origem geográfica: um estudo com estudantes do Norte e Nordeste brasileiros na Universidade Federal de Goiás. **Educação e Formação**, v. 9, n. 1, p. 1–9, 25 nov. 2024.

BAENINGER, Rosana. Migração, migrações. **Revista Ideas**, v. 1, n. 1, p. 31–41, 2011.

BURNETT, Annahid et al. Refugiados climáticos, aquecimento global, desertificação e migrações: reflexões globais e locais. **Interseções**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 318–333, 2021.

CABRAL, Gustavo César Machado; COSTA, Ana Carolina Farias Almeida da. Direito à terra na América Portuguesa: petições de indígenas e doação coletiva de sesmarias na capitania do Ceará (Século XVIII). **Sequência de Estudos Jurídicos e Políticos**, v. 42, n. 87, p. 1–30, 18 ago. 2021.

CAMPOS, José Nilson B. Secas e políticas públicas no semiárido: ideias, pensadores e períodos. **Estudos Avançados**, v. 28, n. 82, p. 65–88, 2014.

CAMPOS, Nivalda Aparecida. A grande seca de 1979 a 1983: um estudo de caso das ações do Governo Federal em duas sub-regiões do Estado do Ceará. **Teoria de Pesquisa**, v. 1, n. 1, p. 133–166, 2004.

CASTRO, Lara. Jornadas da fome: a rotina degradante dos trabalhadores-cassacos nas obras públicas durante as secas (Ceará, anos 1950). **Mundo do Trabalho**, v. 12, n. 1, p. 1–4, 2020.

COSTA, M. C. L. (2004). Teorias médicas e gestão urbana: a seca de 1877-79 em Fortaleza. *História, Ciências, Saúde*, 11(1), 57–74.

FERREIRA, Lara Vanessa de Castro. Políticas antimigratórias e circulação de “retirante”: tessituras entre trabalho e migração nas obras públicas em tempos de secas no Ceará (década de 1950). **Cadernos de História**, v. 16, n. 25, p. 318–344, 18 dez. 2015.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados:** Fortaleza (CE). Rio de Janeiro: IBGE, [2026]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ce/fortaleza.html>. Acesso em: 5 jul. 2026.

IPECE. **Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará.** Fortaleza: Disponível em: <http://www.ipece.ce.gov.br/>. Acesso em: 6 dez. 2025.

MACEDO, Mônica Medeiros Kother. A (In)visibilidade do Outro: Reflexões sobre Refúgio e Migração. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 42, n. 1, p. 1, 2022.

MONTEIRO, Renata Felipe. “Deslocados da seca” na hospedaria Getúlio Vargas: experiências e trajetórias de migração para diversas paragens (Ceará, década de 1950). **Revista Tempos Históricos**, v. 24, n. 1, p. 18–35, 2020.

MORO, Marcelo Freire et al. Vegetação, unidades fitoecológicas e diversidade paisagística do estado do Ceará. *Rodriguesia*, v. 66, n. 3, p. 717–743, 1 jul. 2015.

MOURA FÉ, Márcia Andréia Barros; OLIVEIRA, Lúcia Conde; ÁVILA, Maria Marlene Marques. Histórico da participação do Estado e da sociedade civil na formulação da Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional no Ceará. **Saúde e Sociedade**, v. 30, n. 3, p. 1–12, 2021.

NEVES, Frederico de Castro. Getúlio e a seca: políticas emergenciais na era Vargas. **Revista Brasileira de História**, v. 21, n. 40, p. 107–131, 2001.

OJIMA, Ricardo; FUSCO, Wilson. Migração no Semiárido Setentrional: Dinâmica recente, retorno e políticas sociais. *Mediações - Revista de Ciências Sociais*, v. 22, n. 1, p. 325–349, 2017.

PEDROZA, Antonia Márcia Nogueira. Entre a fome e a liberdade: seca, migração, escravização ilegal e as lutas pela sobrevivência e por direitos no Ceará do oitocentos. *Revista Foco*, v. 15, n. 3, p. 1–18, 21 out. 2022.

QUEIROZ, Silvana Nunes; BAENINGER, Rosana. Migração interestadual de retorno: evidências para o Estado do Ceará – 1986-20101. *Dossiê Temático*, v. 33, n. 2, p. 179–205, 2018.

SILVA, A. Metodologia de pesquisa: conceitos gerais. **UNICENTRO ed.** Curitiba: 2014.

SILVA, Rafael Ricarte; CARVALHO, Reinaldo Forte. Conquista e territorialização na Capitania do Siará Grande: aldeamentos e sesmarias de indígenas no século XVII. *História (Brazil)*, v. 40, n. 1, p. 1–29, 2021.

SOARES, Igor; SILVA, Ítalo. Cultura, políticas e identidade: Ceará em perspectiva. 1. ed. Fortaleza: **Iphan**, 2017. v. II

¹ Discente do Programa de Pós-graduação em Ambiente e Desenvolvimento da Universidade do Vale do Taquari *Campus* Lajeado/RS. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)